

PROCESSO ADMINISTRATIVO 294/2021

DISPENSA N°. 189/ 2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO

PARA

FORNECIMENTO DE MATERIAIS

O Processo em epígrafe contém 57 folhas, numeradas e rubricadas pelo órgão competente.



Conceição da Feira - Bahia, 08 de novembro de 2021.

Ao Exmo. Sr.

JOÃO PEDRO LABRIOLA CARDOZO

MD. Prefeito Municipal

Conceição da Feira - Bahia.

Ref: Abertura de Processo.

Senhor Prefeito,

Venho, por meio desta, solicitar de V. Sa. que seja aberto um processo licitatório, inexigibilidade ou dispensa de licitação, para aquisição de diversos itens para a composição de Caixas para Pequenas Cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL (Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), conforme cotações em anexo.

Atenciosamente,

LUCIANE MIRANDA LABRIOLA CARDOZO

Secretária Municipal de Saúde



À PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA FEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROPOSTA

ITEM	CAIXAS PARA PEQUENAS CIRURGIAS	QUANT	V.	.UNIT	\	/.TOTAL
1	CABO DE BISTURI N° 3	12	R\$	16,00	R\$	192,00
2	GANCHO GILLES DELICADO	12	R\$	52,00	R\$	624,00
3	PINÇA ADSON DENTE DE RATO 12 CM	24	R\$	22,00	R\$	528,00
4	PINÇA ADSON SERRILHADA 12 CM	24	R\$	22,00	R\$	528,00
5	PINÇA MOSQUITO CURVA 12 CM	24	R\$	38,00	R\$	912,00
6	PINÇA PEAN 14 CM	12	R\$	58,00	R\$	696,00
7	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM	12	R\$	324,00	R\$	3.888,00
	VÍDEA 14 CM					•
8	TESOURA ÍRIS CURVA PONTA FINA 11 CM	12	R\$	34,00	R\$	408,00
9	TESOURA MAYO CURVA 15 CM	12	R\$	52,00	R\$	624,00
10	ESTOJO DE INOX PERFURADO 20 X 10 X	12	R\$	149,00	R\$	1.788,00
	05 CM					•
11	BACIAS COM CAPACIDADE DE 6.300ML;	5	R\$	330,00	R\$	1.650,00
	DIMENSÕES DE 41CM.					•
			VALO	R TOTAL:	R\$	11.838,00

ENTREGA: ATÉ 10 DIAS UTEIS

PAGAMENTO: Á VISTA

VALIDADE DOS PREÇOS: 10 DIAS

SÃO GONÇALO DOS CAMPOS (BA), 08 DE NOVEMBRO DE 2021.

EDSON JOSÉ DE SOUZA MOREIRA

Boa Vista Comércio e Serviços Lida Bason J. de Souza Moreira RG: 02.172.136.00 CPF: 284.282.425-34



DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

CNPJ: 02,477 571/0001-47- Insc. Estadual: 901,57214-37

Rua Anne Frank, 5223 - Bakio:Boquelrão

CEF: 81.730-010 . Cuillibra Paranó Fone/Fax: (41) 3204-8000

Á PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA FEIRA

ORÇAMENTO

ITEM	CAIXAS PARA PEQUENAS CIRURGIAS	QUANT	V.	UNIT	V	TOTAL
1	CABO DE BISTURI Nº 3 MARCA EDLO	12	R\$	18,00	R\$	216,00
2	GANCHO GILLES DELICADO MARCA ABC	12	R\$	54,00	R\$	648,00
3	PINÇA ADSON DENTE DE RATO 12 CM MARCA ABC	24	R\$	23,80	R\$	571,20
4	PINÇA ADSON SERRILHADA 12 CM MARCA GOLGRAN	24	R\$	23,80	R\$	571,20
5	PINÇA MOSQUITO CURVA 12 CM MARCA GOLGRAN	24	R\$	41,00	R\$	984,00
6	PINÇA PEAN 14 CM MARCA GOLGRAN	12	R\$	61,80	R\$	741,60
7	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM VÍDEA 14 CM MARCA ABC	12	R\$	331,80	R\$	3.981,60
8	TESOURA ÍRIS CURVA PONTA FINA 11 CM MARCA ABC	12	R\$	36,00	R\$	432,00
9	TESOURA MAYO CURVA 15 CM MARCA ABC	12	R\$	53,95	R\$	647,40
10	ESTOJO DE INOX PERFURADO 20 X 10 X 05 CM MARCA FAVA	12	R\$	154,00	R\$	1.848,00
11	BACIAS COM CAPACIDADE DE 6.300ML; DIMENSÕES DE 41CM MARCA FORTNOX	5	R\$	339,00	R\$	1.695,00
			VALO	R TOTAL:	R\$	12.336,00

PRAZO DE ENTREGA: 20 DIAS

PAGAMENTO: A VISTA

VALIDADE DOS PREÇOS: 10 DIAS

CURITIBA (PR), 8 DE NOVEMBRO DE 2021.

JOSÉ JACK

B DENTAL MET OF AN ANGES

B ODOTH LA CHEST LESA

Boqueireo CET P1 750 011



Para a Prefeitura Municipal de Conceição da Feira

Cotação

ITEM	CAIXAS PARA PEQUENAS CIRURGIAS	QUANT	V	.UNIT	1	/.TOTAL
1	CABO DE BISTURI Nº 3 MARCA EDLO	12	R\$	19,00	R\$	228,00
2	GANCHO GILLES DELICADO MARCA ABC	12	R\$	55,00	R\$	660,00
3	PINÇA ADSON DENTE DE RATO 12 CM MARCA ABC	24	R\$	24,90	R\$	597,60
4	PINÇA ADSON SERRILHADA 12 CM MARCA GOLGRAN	24	R\$	24,90	R\$	597,60
5	PINÇA MOSQUITO CURVA 12 CM MARCA GOLGRAN	24	R\$	43,00	R\$	1.032,00
6	PINÇA PEAN 14 CM MARCA GOLGRAN	12	R\$	67,00	R\$	804,00
7	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM VÍDEA 14 CM MARCA ABC	12	R\$	345,00	R\$	4.140,00
8	TESOURA ÍRIS CURVA PONTA FINA 11 CM MARCA ABC	12	R\$	30,00	R\$	360,00
9	TESOURA MAYO CURVA 15 CM MARCA ABC	12	R\$	57,00	R\$	684,00
10	ESTOJO DE INOX PERFURADO 20 X 10 X 05 CM MARCA FAVA	12	R\$	159,00	R\$	1.908,00
11	BACIAS COM CAPACIDADE DE 6.300ML; DIMENSÕES DE 41CM MARCA FORTNOX	5	R\$	430,00	R\$	2.150,00
			T	OTAL:	R\$	13.161,20

TOTAL: R\$ 13.161,20 (treze mil e cento e sessenta e um reais e vinte centavos)

VALIDADE DOS PREÇOS: 40 dias

PAGAMENTO: a vista

ENTREGA: EM ATÉ 70 DIAS

Salvador (BA), 8 de novembro de 2021.

PAULO HENRÍQUE DE JESUS

December 12 - Hit Recould to His Higher and

#11the na Lordin, s.e. Scawyos 1966 CNP2 26.64), 12; (984-7) Br. C. Lipharrier, John S.



Termo de Referência

OBJETO: Aquisição de diversos itens para a composição de Caixas para Pequenas Cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL(Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), conforme solicitação da Secretaria de Saúde municipal.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: 11.838,00 (ONZE MIL OITOCENTOS E TRINTA E OITO REAIS)

PRAZO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO

JUSTIFICATIVA: Assegurar à Secretaria de Saúde do município os materiais necessários ao desempenho de suas atividades, para manter o bom atendimento à população, já que a Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal passará a realizar cirurgias de pequeno porte.

Considerando que a saude é um direito de todos, compoem o rol garantias constitucionais e estao intimamente ligados á dignidade da pessoa humana. Nesta linha cabe transcrever o que dispoe os Arts. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ESPECIFICADA NA CONTAÇÃO ANEXADA A ESTE PROCESSO

Preços

ESPECIFICADO NA CONTAÇÃO ANEXADA A ESTE PROCESSO.

Prazo do Contrato

O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será até 31 de dezembro do corrente ano, ou até a conclusão de novo procedimento licitatório, somente se admitindo a prorrogação em caráter excepcional, devidamente fundamentada, mediante a celebração de termo aditivo e desde que o lapso total não ultrapasse o limite de 180 (cento e oitenta) dias.



Termo de Referência

OBJETO: Aquisição de diversos itens para a composição de Caixas para Pequenas Cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL(Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), conforme solicitação da Secretaria de Saúde municipal.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: 11.838,00 (ONZE MIL OITOCENTOS E TRINTA E OITO REAIS)

PRAZO: 30 DIAS

JUSTIFICATIVA: Assegurar à Secretaria de Saúde do município os materiais necessários ao desempenho de suas atividades, para manter o bom atendimento à população, já que a Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal passará a realizar cirurgias de pequeno porte.

Considerando que a saude é um direito de todos, compoem o rol garantias constitucionais e estao intimamente ligados á dignidade da pessoa humana. Nesta linha cabe transcrever o que dispoe os Arts. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ESPECIFICADA NA CONTAÇÃO ANEXADA A ESTE PROCESSO

Preços

ESPECIFICADO NA CONTAÇÃO ANEXADA A ESTE PROCESSO.

Prazo do Contrato

O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de 30 (trinta) dias, ou até a conclusão de novo procedimento licitatório, somente se admitindo a prorrogação em caráter excepcional, devidamente fundamentada, mediante a celebração de termo aditivo e desde que o lapso total não ultrapasse o limite de 180 (cento e oitenta) dias.



OUTRAS INFORMAÇÕES

A presente despesa deverá correr de acordo com a legislação aplicada ao fornecimento de bens e as respectivas obrigações contratuais, estando a Secretaria Municipal de Saúde à disposição para os esclarecimentos e/ou informações que se fizerem necessárias.

Conceição da Feira, 08 de novembro de 2021.

Naisa Cerqueira Pinheiro
Presidente da CPL



MINUTA DO CONTRATO Nº XXX / 2021.

Pelo presente Termo de Contrato de fornecimento, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCEIÇÃO DA FEIRA, Estado da Bahia, Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 12.022.576/0001-39, instalado à Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 26 – Centro, Conceição da Feira – Estado da Bahia, neste ato, representada por sua Secretária a Sra, LUCIANE MIRANDA LABRIOLA CARDOZO, doravante denominada CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa XXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXX, estabelecida no XXXXXXXX, CEP XXXXXX, neste ato representada pelo (a) Sr(a). XXXX, portadora do CPF nº XXXXX e RG nº XXXXX denominando-se, a partir de agora, simplesmente CONTRATADA, na melhor forma do direito, mediante as cláusulas e condições seguinte, acordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato tem como fundamento legal o processo de Dispensa de Licitação, tombado na Prefeitura Municipal de Conceição da Feira sob nº 189/ 2021, oriunda do Processo Administrativo nº 294/2021, pelo qual foi escolhida a proposta apresentada pela CONTRATADA, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ITENS PARA A COMPOSIÇÃO DE CAIXAS PARA PEQUENAS CIRURGIAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UHMTL(UNIDADE HOSPITALAR MARIA TEODORA LEAL), QUE PASSARÁ A REALIZAR CIRURGIAS DE PEQUENO PORTE, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL, nos termos da Dispensa de Licitação nº 189/2021, oriunda do Processo Administrativo nº 294/2021, e obedecerá ao cronograma tipificado pela Secretaria abaixo citada.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:</u>

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária da Prefeitura Municipal de Conceição da Feira, à conta das seguintes programações:

Unidade Orçamentária: 52000- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade : 2.097 – Manutenção da Atenção Especializada

Elemento da Despesa :33.90.30-Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA - DO PRECO:

O presente contrato tem o seu valor estipulado em R\$ XXXX (XXXX), mediante o fornecimento devidamente atestado pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

A contratação terá validade até 31 de dezembro do corrente ano, a contar da data de assinatura do presente instrumento.



CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações decorrentes do presente Contrato:

I-DA CONTRATADA:

- d) Entregar o(s) produto(s) descrito(s) na Cláusula Segunda, de acordo com a proposta apresentada;
 - e) Responder, pelos vícios e defeitos ocultos dos produtos/ serviços;
 - f) Receber o preço estipulado na Cláusula Quarta.

II – DO CONTRATANE:

- c) Pagar as despesas inerentes ao Contrato no valor, condições e situações estipuladas na Cláusula Quarta;
- d) Receber o(s) bem(s) ou serviço descrito(s) na Cláusula Segunda.
- § 1° É obrigação comum o cumprimento dos prazos avançados neste instrumento.
- $\S~2^{\rm o}$ Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de devolver ou contestar, sem qualquer ônus, os serviços que não correspondam às características descritas na proposta apresentada pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES:

- O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas neste contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções prevista na Lei nº 8.666/93 e suas derivadas, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- § 1° A inexecução, parcial ou total do contrato, ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conceição da Feira e multa, de acordo com a gravidade da infração;
- § 2° A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração nos seguintes limites máximos:
- I-0,3% (três décimos por cento), ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado:
- II-0,7% (sete décimos por cento), sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- § 3° A administração se reserva ao direito de descontar do pagamento devido ao **CONTRATADO** o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições ora estipuladas.
- § 4° As multas previstas nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o(a) **CONTRATADO(A)**, da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

<u>CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO:</u>

A rescisão deste termo estará sujeita às regras estabelecidas nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, dando-lhe causa, em especial:

I – a inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsistam condições para a continuidade do mesmo;



Parágrafo Único: - As partes poderão, também, alterar esse instrumento de Contrato, através de Termo de Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na Legislação Contratual específica sobre o assunto, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento além da alteração de 25% pelas mesmas condições a critério da contratante de acordo a lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO FORO:

Fica eleito o foro do Município de Conceição da Feira, em detrimento de qualquer outro por mais privilégio que seja, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato.

Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem às partes o presente Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de 02 (duas) testemunhas.

	Conceição da Feira - Bahia, XX de junho de 2021.	
T	· ·	
	LUCIANE MIRANDA LABRIOLA CARDOZO	
	Secretária de Saúde	
	CONTRATANTE	
	XXXX CONTRATADA	
TESTEMUNHAS:		
RG:	RG:	



CERTIDÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Secretário Municipal de Finanças e Planejamento, responsável pela escrituração e demonstração contábil de execução financeira e orçamentária do Município de Conceição da Feira - Bahia.

CERTIFICA

Que, analisando a Lei Orçamentária aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores deste Município, para vigência no exercício de 2021, verificou dotação orçamentária consignada com saldo suficiente para contratação para aquisição de diversos itens para a composição de Caixas para Pequenas Cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL(Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), conforme solicitação da Secretaria de Saúde municipal.de Conceição da Feira, Bahia.

Os recursos, para a referida aquisição, são oriundos da Lei Orçamentária, sob as seguintes dotações:

Unidade Orçamentária: 52000- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade : 2.097 – Manutenção da Atenção Especializada

Elemento da Despesa :33.90.30-Material de Consumo

Fonte 02 14

Valor: 11.838,00 (ONZE MIL OITOCENTOS E TRINTA E OITO REAIS)

Nesta oportunidade, certifica e declara ainda sobre a Estimativa Do Impacto Orçamentário-Financeiro:

Declaro para os fins do disposto no Inciso I do Art. 16 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que não haverá impacto orçamentário - financeiro da contratação pretendida sobre a Previsão de Repasse para o exercício de 2021, tendo em vista os recursos necessários para a referida despesa na aquisição de diversos itens para a composição de Caixas para Pequenas Cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL(Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), conforme solicitação da Secretaria de Saúde municipal.

Nada mais a Certificar, assino o presente.

Conceição da Feira, 08 de novembro de 2021.

Edson Danillo de Freitas Amorim Secretário de Finanças e Planejamento



AUTORIZAÇÃO

Tendo em vista a informação prestada pelo Secretário de Finanças do Município, declarando a disponibilidade Orçamentária, a previsão na LOA – Lei Orçamentária Anual e no PPA – Plano Plurianual e tem compatibilidade com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, e considerando a necessidade de contratação para a aquisição de diversos itens para a composição de Caixas para Pequenas Cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL(Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), conforme solicitação da Secretaria de Saúde de Conceição da Feira, Bahia.

<u>AUTORIZO</u> a instauração do procedimento de dispensa de licitação, via contratação emergencial a fim de atender as devidas necessidades.

Conceição da Feira - BA, 08 de novembro de 2021.

João Pedro Labriola Cardozo
Prafeito



SECRETARIA DE GOVERNO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 189 / 2021

UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: BOA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: AOUISICÃO DE DIVERSOS ITENS PARA A COMPOSIÇÃO DE CAIXAS PARA PEOUENAS CIRURGIAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UHMTL(UNIDADE HOSPITALAR MARIA TEODORA LEAL), QUE PASSARÁ A REALIZAR CIRURGIAS DE PEQUENO PORTE, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL.

CNP.J. No: 20.618.646/0001-44

ENDEREÇO: POVOADO BOA VISTA, Nº 200, SOBRADINHO, ZONA RURAL, SÃO GONCALO DOS CAMPOS-BA.

VALOR R\$: R\$ 11.838,00 (Onze mil oitocentos e trinta e oito reais), a ser pago após o fornecimento devidamente atestado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/OU EXECUTANTE. SE JUSTIFICA PELO FATO DO MESMO SER ATUANTE NO RAMO E OFERTAR O MENOR PREÇO CONDIZENTE COM O PRATICADO NO MERCADO.

Unidade Orçamentária: 52000- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade

: 2.097 - Manutenção da Atenção Especializada

Elemento da Despesa :33.90.30-Material de Consumo

DIANTE DO EXPOSTO, SOLICITAMOS A V. Sa. A DEVIDA AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER A REFERIDA DESPESA.

Conceição da Feira, 09 / 11 / 2021.

AUTORIZO

Conceição da Feira, 09 / 11 / 2021.

NAISA CERQUEIRA PINHEIRO

Presidente COPEL

JOÃO PEDRO LABRIOLA CARDOZO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.618.646/0001-44 MATRIZ		SCRIÇÃO E DE SITUAÇÃ ASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/07/2014	
NOME EMPRESARIAL BOA VISTA COMERCIO E S	SERVICOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO BOA VISTA	DME DE FANTASIA)			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDA 46.45-1-01 - Comércio atac	DE ECONÔMICA PRINCIPAL adista de instrumentos e materil	ais para uso médico, cirúrgico,	hospitalar e de labo	ratórios
14.13-4-02 - Confecção, sol 33.19-8-00 - Manutenção e 46.18-4-01 - Representante 46.41-9-01 - Comércio atac: 46.42-7-01 - Comércio atac: 46.44-3-02 - Comércio atac: 46.46-0-02 - Comércio atac: 46.49-4-04 - Comércio atac: 46.49-4-08 - Comércio atac: 46.49-4-08 - Comércio atac: 46.64-8-00 - Comércio atac: 46.72-9-00 - Comércio atac: 47.42-3-00 - Comércio vare; 47.44-0-99 - Comércio vare; 47.55-5-01 - Comércio vare; 47.55-5-02 - Comercio vare;	adista de artigos de cama, mesa adista de artigos do vestuário e adista de medicamentos e droga adista de produtos de higiene pe adista de artigos de escritório e adista de móveis e artigos de co adista de produtos de higiene, li adista de máquinas, aparelhos e adista de outras máquinas e equadista de ferragens e ferramenta ista de material elétrico ista de materials de construção ista especializado de eletrodom	edutos não especificados anterio de medicamentos, cosmér e banho acessórios, exceto profissiona is de uso veterinário essoal de papelaria Ichoaria mpeza e conservação domicilia equipamentos para uso odont ipamentos não especificados a s em geral ésticos e equipamentos de áuc	ticos e produtos de p is e de segurança ar co-médico-hospitalar anteriormente; parte	r; partes e
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATURE 206-2 - Sociedade Empresá				
LOGRADOURO NUCR POVOADO BOA VIST	ΓA,	NÚMERO COMPLEMENT CASA	0	
	RRO/DISTRITO BRADINHO/ ZONA RURAL	MUNICÍPIO SAO GONCALO DOS CAM	MPOS .	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ROSEMEV@GMAIL.COM		TELEFONE (71) 9969-1393/ (71) 9908-0	0650	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL	(EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADA: 10/07/2014	STRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL	;		DATA DA SITUAÇÃO ESPEC	CIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/09/2021 às 17:55:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.618.646/0001-44 MATRIZ		SCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE ABERTURA 10/07/2014
NOME EMPRESARIAL BOA VISTA COMERCIO	E SERVICOS LTDA	
47.63-6-02 - Comércio va 47.71-7-04 - Comércio va 47.72-5-00 - Comércio va 47.73-3-00 - Comércio va 47.81-4-00 - Comércio va 47.89-0-05 - Comércio va 77.29-2-03 - Aluguel de r 77.39-0-02 - Aluguel de e	equipamentos científicos, médicos e	perfumarla e de higlene pessoal dicos essórios essanitários
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 206-2 - Sociedade Empre		
NUCR POVOADO BOA V	/ISTA,	NÚMERO COMPLEMENTO CASA
CEP 44.330-000	BAIRRO/DISTRITO SOBRADINHO/ ZONA RURAL	MUNICÍPIO SAO GONCALO DOS CAMPOS BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ROSEMEV@GMAIL.COM	1	TELEFONE (71) 9969-1393/ (71) 9908-0650
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁN	/EL (EFR)	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/07/2014
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTI	RAL j	
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/09/2021 às 17:55:13 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

Voltar Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

20.618.646/0001-44

Razão Social:BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Endereço:

NUCR POVOADO BOA VISTA 200 CASA / SOBRADINHO ZN RURAL / SAO

GONCALO DOS CAMPOS / BA / 44330-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:20/10/2021 a 18/11/2021

Certificação Número: 2021102001241915345593

Informação obtida em 03/11/2021 08:42:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 20.618.646/0001-44

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 17:35:27 do dia 07/07/2021 <hora e data de Brasília>. | Válida até 03/01/2022.

Código de controle da certidão: **FB38.E0BA.0424.E259** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 20.618.646/0001-44 Certidão nº: 27082269/2021

Expedição: 02/09/2021, às 11:01:31

Validade: 28/02/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **20.618.646/0001-44**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Emissão: 01/10/2021 08:48

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20214013978

RAZÃO SOCIAL	
BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
172.276.784	20.618.646/0001-44

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 01/10/2021, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GONCALO DOS CAMPOS

Avenida Hanibal Predreira SÃO GONÇALO DOS CAMPOS BA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

N°. 1011/2021

Passada de acordo com o pedido, do (a) Sr.(a).

Nome C.G BOA VISTA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA 318			C.N.P.J. 20.618.646/0001-44
Endereço: POV BOA VISTA, 200 CASA			
Bairro: SOBRADINHO/ZONA RURAL	CEP: 44330000	Município: SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	UF: BA

CERTIFICO que, verificando em nossos registros, não constam débitos para a empresa supra citado, que impeçam a expedição desta certidão até a presente data em nome do contribuinte acima identificado, ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa.

Observação: Esta certidão tem validade de 90 dias.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços ... Conforme código de controle informado abaixo.

Certidão emitida via internet em: 28/09/2021

Código de Controle da Certidão:

Certidão Válida até: 27/12/2021

13622.1011.20210928.N.40.3245581





CNPJ n° 20.618.646/0001-44



ROSE RODRIGUES NUNES MOREIRA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 23/12/1981, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, MÉDICA VETERINÁRIA, CPF nº 828.732.675-34, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 03542820108, órgão expedidor DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - BA, residente e domiciliada na RUA SILVEIRA MARTINS, 1641, EDF ACACIA AMARELA, COND RESERVA ATLANTICA, APT 503, CABULA, SALVADOR, BA, CEP 41150000, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204085149, com sede Núcleo Rural Povoado Boa Vista, 200, Casa, Sobradinho/ Zona Rural São Gonçalo dos Campos, BA, CEP 44330000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 20.618.646/0001-44, delibera de pleno e comum acordo ajustar a presente alteração e consolidação contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 200.000 (duzentos mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cuja aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelo sócio. Em decorrência do aumento do capital social este fica assim distribuido:

ROSE RODRIGUES NUNES MOREIRA, com 200.000 (duzentos mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a Sócia ROSE RODRIGUES NUNES MOREIRA, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Req: 81100001201090

Página 1





Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98108130 em 31/08/2021 Protocolo 218058055 de 30/08/2021

Nome da empresa BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA NIRE 29204085149

Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx Chancela 135613137390188

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/09/2021 por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

CNPJ nº 20.618.646/0001-44



たすなすすびががなすな

ניניטיני נינינייי

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

ROSE RODRIGUES NUNES MOREIRA, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 23/12/1981, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, MÉDICA VETERINÁRIA, CPF nº 828.732.675-34, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 03542820108, órgão expedidor DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - BA, residente e domiciliada na RUA SILVEIRA MARTINS, 1641, EDF ACACIA AMARELA, COND RESERVA ATLANTICA, APT 503, CABULA, SALVADOR, BA, CEP 41150000, BRASIL.

Única sócia da sociedade limitada de nome empresarial BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado da Bahia, sob NIRE nº 29204085149, com sede Núcleo Rural Povoado Boa Vista, 200, Casa, Sobradinho/Zona Rural São Gonçalo dos Campos, BA, CEP 44330000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 20.618.646/0001-44, resolve de pleno e comum acordo consolidar contrato social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL E DA SEDE

CLÁUSULA PRIMEIRA. A denominação social é BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA, e nome de fantasia de BOA VISTA.

CLÁUSULA SEGUNDA. Núcleo rural Povoado Boa Vista, 200, casa, Sobradinho/ Zona Rural, São Gonçalo dos Campos, BA, CEP 44.330-000.

DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A sociedade tem como objetivo: Representações comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria. Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não-eletrônicos, utensílios e mobiliário especifico para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório. Comércio atacadista de motores e transformadores elétricos, sistemas para controle de incêndio, instrumentos e equipamentos de medidas, máquinas, aparelhos e equipamentos para usos técnico, profissional e para escritório, exceto informáticos, instrumentos e materiais, parte e peças de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso médico, cirúrgico, odonto-médico-hospitalar e de laboratório, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, móveis e artigos de colchoaria e artigos de cama, mesa e banho, artigos de escritório e papelaria, vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança, ferragens e ferramentas, medicamentos e drogas de uso veterinário, produtos de higiene pessoal, de tecidos. Comércio varejista de material elétrico e construção, cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, medicamentos veterinários, produtos saneantes domissanitários, artigos de armarinho, artigos do vestuário e acessórios, artigos esportivos, médicos e ortopédicos, tecidos, brinquedos e artigos recreativos, eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo. Confecção, sob medida, de roupas profissionais. Aluguel de material e equipamento científicos médico e hospitalares, sem operador. Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências.

Req: 81100001201090

Página 2



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98108130 em 31/08/2021

01/09/2021

CNPJ nº 20.618.646/0001-44



かいけいけいけいけいけいりょう といいり

UTUME AICONCAPOEN

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

4645-1/01 - comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios.

4753-9/00 - comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo.

4755-5/01 - comércio varejista de tecidos.

4755-5/02 - comercio varejista de artigos de armarinho.

4763-6/01 - comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos.

4763-6/02 - comércio varejista de artigos esportivos.

4771-7/04 - comércio varejista de medicamentos veterinários.

1413-4/02 - confecção, sob medida, de roupas profissionais.

4772-5/00 - comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.

4773-3/00 - comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos.

4781-4/00 - comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.

4789-0/05 - comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.

7729-2/03 - aluguel de material médico.

7739-0/02 - aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador.

4744-0/99 - comércio varejista de materiais de construção em geral.

4742-3/00 - comércio varejista de material elétrico.

4672-9/00 - comércio atacadista de ferragens e ferramentas.

3319-8/00 - manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente.

4618-4/01 - representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria.

4641-9/01 - comércio atacadista de tecidos.

4641-9/02 - comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho.

Req: 81100001201090

Página 3



Junta Comercial do Estado da Bahia

01/09/2021

Nome da empresa BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA NIRE 29204085149

Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx Chancela 135613137390188

CNPJ nº 20.618.646/0001-44



UPANA UTIUN UTUUN AICOACPOALA

- 4642-7/01 comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança.
- 4644-3/02 comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário.
- 4646-0/02 comércio atacadista de produtos de higiene pessoal.
- 4647-8/01 comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria.
- 4649-4/04 comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria.
- 4649-4/08 comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar.
- 4664-8/00 comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médicohospitalar; partes e peças.
- 4669-9/99 comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças.
- 8610-1/01 atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências.

CLÁUSULA QUARTA. O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, sendo o início das suas atividades a data da assinatura em 10/07/2014.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA. O capital social é de 200.000 (duzentos mil reais), representados por 200.000 (duzentos mil cotas) representados por R\$ 1,00(um real) cada, subscrito e integralizado em moeda corrente do país, ficando assim distribuídos da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR
ROSE RODRIGUES NUNES MOREIRA	200.000	R\$ 200.000,00
TOTAL	200.000	R\$ 200.000,00

CLÁUSULA SEXTA. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios, cabendo em igualdade de condições e preços do direito de preferência ao sócio que queira adquiri-las, na proporção de sua participação.

Req: 81100001201090



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98108130 em 31/08/2021

01/09/2021

CNPJ nº 20.618.646/0001-44



プロセロコロの

CIGITUMENTE ECV.

CLÁUSULA OITAVA. Havendo aumento de Capital, observar-se-á a proporcionalidade do capital social.

DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA NONA. Os lucros e prejuízos sociais, demonstrados nos balanços anuais encerrados em 31 de dezembro de cada ano, serão partilhados pelos sócios proporcionalmente a quota de capital de cada

DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ LABORE

CLÁUSULA DÉCIMA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a Sócia ROSE RODRIGUES NUNES MOREIRA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Os sócios terão direito a uma retirada mensal a título de Pró Labore dentro dos limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda.

DO FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. A sociedade não se dissolverá com a retirada ou falecimento de qualquer um dos sócios. Ocorrendo quaisquer das situações, a sociedade elaborará um balanço para apurar os lucros ou prejuízos, cujos haveres serão pagos ao sócio retirante ou aos herdeiros do sócio falecido em até 12(doze) parcelas mensais. Os sócios remanescentes indicarão outra pessoa física ou jurídica para participar da sociedade na proporção do capital social do sócio retirante ou falecido, sendo que neste caso haverá prioridade dos herdeiros do sócio falecido na indicação para participação da sociedade.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEITA. O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Reg: 81100001201090

Página 5



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98108130 em 31/08/2021

Protocolo 218058055 de 30/08/2021

Nome da empresa BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA NIRE 29204085149

Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx

Chancela 135613137390188

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/09/2021 por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

01/09/2021

CNPJ nº 20.618.646/0001-44



ברטי הבהקריחחתות נושטינט ועודנט יהחמק הטידרת

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em SÃO GONÇALO DOS CAMPOS - BA.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

São Gonçalo dos Campos, 27 de agosto de 2021.

ROSE RODRIGUES NUNES MOREIRA

Req: 81100001201090

Página 6



Junta Comercial do Estado da Bahia

01/09/2021

Certifico o Registro sob o nº 98108130 em 31/08/2021

Protocolo 218058055 de 30/08/2021

Nome da empresa BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA NIRE 29204085149

Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx

Chancela 135613137390188

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/09/2021

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





218058055

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	RESA BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA	
PROTOCOLO	218058055 - 30/08/2021	
ATO	002 - ALTERAÇÃO	
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	

MATRIZ

NIRE 29204085149
CNPJ 20.618.646/0001-44
CERTIFICO O REGISTRO EM 31/08/2021
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98108130 DE 31/08/2021 DATA AUTENTICAÇÃO 31/08/2021
2 Dat 2 150 7 150

EVENTOS

051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98108130

and the second s

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 04622388570 - MARIA KATIA SOUZA BASTOS

BRASIC.

Rayle H. G. de acauge

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1



Protocolo 218058055 de 30/08/2021

Nome da empresa BOA VISTA COMERCIO E SERVICOS LTDA NIRE 29204085149

Este documento pode ser verificado em http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx

Chancela 135613137390188

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/09/2021 por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

01/09/2021

AUTENTICADO

COPIA COLORIDA











EM BRANCO

EM BRANCO





Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21 Edificio Pedro Francisco Vargas Centro, Itajai - Santa Catarina (47) 3514-7599 | (47) 99748-2223 www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **256269947d7e131749a23a2cdca7a4ab27fcba553fdeb30a92ec50b60a8b98da** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Matic Network, sob o identificador único denominado NID **27809** dentro do sistema.

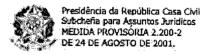
A autenticação eletrônica do documento intitulado "CNH Rose com autenticação pública", cujo assunto é descrito como "CNH Rose com autenticação pública", faz prova de que em 08/08/2021 20:02:12, o responsável Boa Vista Comercio e Serviços Ltda (20.618.646/0001-44) tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Boa Vista Comercio e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **08/08/2021 20:03:33** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

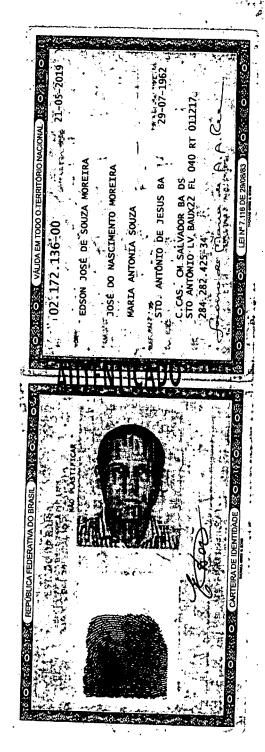
Para mais informações sobre a operação acesse o site https://www.dautin.com e informe o código da transação blockchain 0x3bb1ce7564f1bd31e1c7aa5e28c598b85c6c052c47aee0856869d0f76a5cd6c9. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em https://polygonscan.com/

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.









Tabelionato de Notas e Protesto Sao Goncalo dos Campos -Av. Dr. Actonio Muniz, 55 -- Centro -- Fel. (75) 3246 - 2378

Certifico e dou la qua a copia e a reproducao fiel do documentocopia simples apresentado.
Emol: R\$2,\$1 Fis: R\$1,78 FEC: R\$0,59 Det: R\$0,07 PGE: R\$0, 10 MP: R\$0,05 Total: R\$5,20 Selo(s): 0128.A 8036847 — 2

ENYCKA DDMINIKE BARBOSA DE SOUSA - ESTOCISI SAO GONCALO DOS CAMPOS - BA 19/11/2020 VALIDO SOMENTE PASA JUM DOCUMENTO E COM O SELO DE AUTENTIONE DE Consulta ROLL COMPANIA CHILDO DE ESCRETA DE CONTROL CONTROL DE ESCRETA DE CONTROL DE CONTROL DE COMPANIA CONTROL DE COMPANIA CONTROL DE CON







EM BRANCO

EM BRANCO





Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21 Edificio Pedro Francisco Vargas Centro, Itajaí - Santa Catarina (47) 3514-7599 | (47) 99748-2223 www.dautin.com | dautin@dautin.com



CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGÍTAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **a2ea359fd0c25206899bc085cd8b96973b658ac40279cda9125d74d9be82fdc8** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes¹ através da rede blockchain Matic Network, sob o identificador único denominado NID **27807** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "RG Edson Moreira com Autenticação Pública", cujo assunto é descrito como "RG Edson Moreira com Autenticação Pública", faz prova de que em 08/08/2021 19:52:03, o responsável Boa Vista Comercio e Serviços Ltda (20.618.646/0001-44) tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Boa Vista Comercio e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

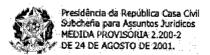
Este CERTIFICADO foi emitido em **08/08/2021 19:53:55** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site https://www.dautin.com e informe o código da transação blockchain 0x9904632e82be8217a85d870c683bd5e85d3808514f95f55b6840fa5b4ee18378.

Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em https://polygonscan.com/

¹ Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.









Parecer n°. _____/2021 Processo Administrativo n. 294/2021 Dispensa de Licitação n. 189/2021

Ementa: Dispensa. Aquisição de diversos itens para a composição de caixas para pequenas cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL (Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), conforme solicitação da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Conceição da Feira/BA. Ressalvas. Deferimento.

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por fim a Aquisição de diversos itens para a composição de caixas para pequenas cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL (Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), conforme solicitação da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Conceição da Feira/BA.

Foi acostado aos autos orçamentos, indicação de dotação orçamentária e documentos da potencial contratada.

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos

Praça Marechal Deodoro, 26, Centro lu Conceição da Feira pmcdf.procuradoria@gmail.com



da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, com a redação atualizada do Decreto Federal n. 9.412/2018, que altera os valores das contratações, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II (R\$ 8.000,00) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

Seguindo a sorte, temos o dispositivo do Decreto já mencionado:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos <u>incisos I e II do</u> caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

- a) na modalidade convite até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Ŷ.

Ocorre que para aplicação da dispensa, *in casu*, o valor é de R\$ 11.838,00 (Onze mil oitocentos e trinta e oito reais) dentro do enquadramento do Decreto regulamentador, que muito embora, seja federal aplica-se a Entes Federativos de diferentes esferas de Governo, conforme já pacificado pelo TCM/BA.



Outrossim, no caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação deve respeitar o art. 26 da Lei nº 8.666/93:

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

"Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação émergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

No caso em tela, alertamos que já houve contratações de materiais e equipamentos de natureza similar, que já poderia estar contemplada como lote dos respectivos certames.

Logo, ainda que seja essencial a aquisição do objeto por se tratar de direito fundamental, há probabilidade de os Orgaos de controle interno entenderem que o procedimento incida em fragmentação de despesa.

III – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Considerando as pesquisas de preço que foram realizadas, a pessoa jurídica BELA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita sob o CNPJ: 20.618.646/0001-44.

Oportuno aduzir que muito embora haja cotações válidas nos autos, da empresa com o menor preço não consta marca, requisito exigível para contratações dessa natureza, isto é, produtos.

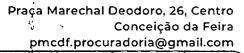
IV – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

No tocante aos requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93 e seguintes, vislumbramos que foi colacionado os documentos exigidos para esta contratação.

V – CONCLUSÃO

Acrescentamos, que o presente parecer não se atém a veracidade da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, apenas verificando nessa oportunidade se está dentro dos limites estabelecidos no Decreto n. 9.412/2018, e se é o menor dentre os apresentados. Também não vincula a autenticidade dos documentos e à pertinência das condições negociais que se apresentarem.

Ante todo o exposto, feita as devidas ponderações, opinamos pelo prosseguimento do feito.





É o parecer, salvo melhor juízo.

Conceição da Feira/BA, 08 de novembro de 2021.

Patrícia Cardoso da Silva de Souza Procuradora do Município



CONTROLADORIA
GERAL DO
MUNICÍPIO

CHECK-LIST

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS - LICITAÇÃO

Dispensa Emergencial de Licitação para FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Processo Administrativo nº: 294/2021 Autuação: N

Protocolo Nº: N

Nº do Procedimento Licitatório: DISPENSA Nº - 189/2021

Contrato no.: 306/2021

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Aquisição de diversos itens para a composição de caixas para pequenas cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL (Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), que passará a realizar cirurgias de pequeno porte.

<u>Dispensa de Licitação</u>: é a possibilidade de celebração direta de contrato entre a administração pública e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24 da Lei nº 8.666/1993.

S	N	EP	NA
Sim	Não	Em parte	Não se aplica

se:	estões relativas aos documentos e procedimentos a rem consideradas na instrução do processo citatório/dispensa/inexigibilidade	RESPONSÁVEL	s	N	EP	NA
1.	O procedimento licitatório/Dispensa/Inexigibilidade foi iniciado com a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , Lei 8666/93)?	ADM			x	
2.	Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório (art. 38, <i>caput</i> da LLCA e art. 21, V, Decreto nº 3.555/2000)/dispensa/inexigibilidade?	ADM	x			
3.	A autoridade competente justificou a necessidade da contratação (art. 3°, I da Lei 10.520/2002)?					х
4.	A autoridade competente definiu o objeto do certame de forma precisa , suficiente e clara (art. 3°, II da Lei 10.520/2002)?					х
5.	A indicação do objeto da licitação restringiu (com especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias) a participação de competidores (art. 3°, II da Lei 10.520/2002)?					x
6.	A autoridade competente estabeleceu motivadamente: as exigências de habilitação/qualificação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do futuro contrato (art. 3°, I da Lei 10.520/2002)?					х
7.	O procedimento licitatório/Dispensa/Inexigibilidade possui a indicação do recurso próprio para a despesa (art. 38, <i>caput</i> , Lei 8666/93)?	ADM	Х			





8.	A autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equip	е			х
	de apoio (art. 3°, IV da Lei 10.520/2002)?				
9.	O Termo de Referência (documento que contém os elementos capaze	es			
	de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante o	е			
	orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercad	D, ADM	x		
	a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo o	e	^		
	execução do contrato – art. 8°, II, Decreto nº 3.555/2000) consta no	os			
	autos?				··
10.	No procedimento licitatório/Dispensa para a aquisição de bens	е			
	serviços comuns:			 	
a. I	No caso da necessidade da indicação de marca ou especificaçõe	es			v
excl	usivas, constam dos autos as correspondentes justificativas técnicas?				X
b. F	á definição das unidades, quantidades a serem adquiridas e cronogram	a			
de (entrega em função do consumo e utilização prováveis (art. 15, §7º, II c	a ADM	х		
Lei	8666/93)?				
c. (D Termo de Referência descreve com clareza os serviços a sere	n			
exe	cutados e indica todos os seus elementos constitutivos com a descriçã	O ADM	x		
dos	resultados, materiais e equipamentos requeridos?				
11.	O Termo de Referência indica a vigência do futuro contrato e, cas	0			
	necessário, prevê uma eventual prorrogação do mesmo (art. 8°,		х		
	Decreto nº 3.555/2000)?				
12	Iniciando a fase externa do pregão , a convocação dos interessados :	.e			
	deu através de publicação de Aviso nos termos do art. 4º, I da L				x
	10.520/2002?				
13	No Aviso mencionado no item anterior, consta a definição do objeto o	a .	<u> </u>		
13.	licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá s	İ			х
	lido/obtido, na íntegra, o edital (art. 4º, II da Lei 10.520/2002)?				^
14	Os autos foram instruídos com a Minuta do Edital e respectivos anexo	<u> </u>			
14.	(art. 38, I da Lei 8666/93 e art. 21, VIII, Decreto nº 3.555/2000)?	75			х
15	O preâmbulo do Edital contém (art. 4°, III da Lei 10.520/2002 c/c a	+		 ,	
15.	40 da Lei 8666/93):				
					V
					X
	b. O nome da entidade interessada (promotora da licitação)?			 	X
	c. A modalidade de licitação?				Х
	d. O Regime de execução: a) para obras e serviços: empreita por pred	'			
	global – empreitada por preço unitário – tarefa – empreitad				х
	integral (art. 6°, VIII da Lei n° 8.666/93)/ b) para compras: forma d	ł			
	fornecimento (integral ou parcelado) (art. 55, II da Lei nº 8.666/93			 	
	e. O tipo da licitação: melhor técnica / técnica e preço / menor pred	0			х
	– () global ou () por item () por lote				
	f. A menção de que a licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002?			<u> </u>	Х
	g. O local, data e horário para:		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	 	
	i. Exame e obtenção gratuita da íntegra do edital e seus anexo	s,			х
	ressalvados os custos de reprodução do mesmo?			 	





	ii. Eventuais vistorias?					Х
	iii. Recebimento da documentação, proposta e realização da				ļ	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
	sessão pública de lances?					Х
	h. O local, horário e meios de comunicação à distância (telefone, fax,	,				
	e-mail etc.) pelos quais se obterão informações e esclarecimentos	·				X
	relativos à licitação?					
	i. Esclarecimento sobre como serão remetido à declaração de que					
	preenche os requisitos de habilitação, a proposta, a habilitação (com					X
	endereço do órgão, aos cuidados do pregoeiro)					-
16.	O edital contém a indicação precisa, suficiente e clara do objeto da					l
	licitação (art. 4°, III da Lei 10.520/2002)?				:	×
17	Esclarecimento sobre como serão remetidos a declaração de que					
17.	preenche os requisitos de habilitação, a proposta, a habilitação (com					x
	endereço do órgão, aos cuidados do pregoeiro)					^
				-		
18.	Obrigatoriedade de credenciar representante para poder exercer o					x
	direito de apresentar lance e recorrer		-	<u> </u>		
19.	O Termo de Referência faz parte do edital?					×
20.	O edital faz menção à documentação necessária a que se refere o					х
	dispositivo (art. 4°, III da Lei 10.520/2002):					
21.	O edital exige o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da					x
	Constituição Federal (proibição de trabalho infantil).					
22.	Exigência de declaração de que licitante atende os requisitos exigidos					
	para licitação, modelo de declaração, forma de entrega.					X
23	Vedação de participação:					
23.	a) licitantes com violação ao art. 9º da Lei 8666 (apenas em caso de					
obr	as e serviços);	1				×
						^
	b) cooperativas, em caso de prestação de serviço com subordinação					
24	(TCU - Acórdão 1008/2003 – 2ª Câmara) M.E e E.PP – LC nº 123/06 – arts. 42 e 45 - Apresentação de documentos		+			
24.	de regularidade fiscal somente para efeito de assinatura do contrato/ 2	ADM	×			
	dias para regularização em caso de restrição na documentação.	7	^			
25	Impugnação do edital – meios admitidos, data e hora do término do		+		-	
25.	prazo, prazo para resposta.					X
26	O edital prevê a forma de apresentação da proposta comercial, com					
20.	a indicação precisa de como o valor deve ser ofertado, incluindo, caso					
	necessário, a apresentação da planilha de custos (art. 4º, III c/c art. 3º, I					Х
	ambos da Lei 10.520/2002)?					
27.	O edital contém normas pertinentes ao procedimento da licitação (art.			 		
	4°, III da Lei 10.520/2002)?					X
28.	O Procedimento delineado no edital cuida, dentre outros assuntos, do					
	recebimento de propostas e de lances (art. 4°, III da Lei 10.520/2002)?					Х
	Pca Marechal Deodoro da Fonseca nº 26 Centro - Cor	<u> </u>	DAI	11.0	1	1





CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

		1 1		Ι
29. O edital indica os critérios para aceitação e classificação das				
propostas na fase dos lances, com disposições claras e parâmetros				Х
objetivos (art. 4°, III da Lei 10.520/2002)?				
30. O Procedimento delineado no edital cuida também do julgamento das				х
propostas e da adjudicação (art. 4°, III da Lei 10.520/2002)?				
31. As instruções e normas referentes a eventuais recursos estão previstas				Х
no edital (arts. 40, XV e 109 da Lei 8666/93)?				
32. O edital indica o prazo e as condições para a execução/recebimento do				х
objeto da licitação?				^
33. O edital fixa o prazo e as condições para assinatura do contrato e indica				
as sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002 pela não assinatura				Х
do mesmo?				
34. O edital prevê as condições de pagamento?				Х
35. O edital respeitou o disposto nas alíneas do art. 40, XIV da Lei 8666/93?				Х
36. O edital prevê as sanções administrativas para o caso de				
inadimplemento, incluindo a indicação de percentuais para aplicação de				х
eventuais multas?				
37. TERMO DE REFERÊNCIA (deve conter os seguintes dados):			, , ,	10
a. Estimativa do custo do produto/serviço, diante de orçamentos				
juntados aos autos, considerando os preços praticados no mercado.				,,
(TCU: pregão - basta constar do processo – a inclusão da planilha de				X
preços de mercado anexa ao edital é facultativa)				
b. Quantidade. Necessária do produto e forma de fornecimento OU				,,
forma de prestação do serviço				X
c. Prazo de execução do objeto da licitação.				х
d. Demonstrativo do orçamento estimado.				х
e. Modelos de declarações e normas de execução pertinentes à licitação.				Х
f. A minuta do contrato está anexada ao edital (art. 40, §2º, III, Lei				
8666/93 e art. 21, IX, Decreto nº 3.555/2000)?				X
38. O preâmbulo da minuta de contrato prevê:				ı
a. a indicação dos nomes das partes e de seus representantes?	ADM		X	<u> </u>
b. o ato que autorizou a sua lavratura?	ADM	X		
c. o número do processo da licitação/dispensa/inexigibilidade?	ADM	X		
d. a sujeição dos contratantes às normas pertinentes e às suas				
cláusulas?	ADM	Х		
39. A minuta do contrato indica (art. 55 da Lei 8666/93):	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
a. O objeto da licitação/dispensa/inexigibilidade e seus elementos	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	1		<u> </u>
característicos?	ADM	X		
b. A vinculação ao edital e à proposta do licitante vencedor?				X
	3 DM	 		
c. O regime de execução ou a forma de fornecimento?	ADM	X		
d. As condições de pagamento?	ADM	X	,	





				·····
e. Critério de atualização financeira dos valores, desde a data definida nos termos do item 4.1 até a data do efetivo pagamento.	ADM	x		
f. Tributos e encargos retidos pela Administração no ato do pagamento, inclusive as condições de substituto tributário.				х
g. Os recursos orçamentários necessários para a contratação?	ADM	х		
h. A data de início e de conclusão da sua execução ou da entrega de objeto?	ADM		х	
i. O prazo e condições para recebimento definitivo do objeto?	ADM	X		
j. Os direitos das partes?	ADM	X		
k. As responsabilidades das partes?	ADM	X		
I. Sendo cabível, a garantia oferecida?	ADM	x		
m. As penalidades cabíveis, de acordo com a gravidade das faltas		 ^ -		
cometidas, garantida a prévia defesa?	ADM	x		:
n. Os valores das multas (recomendável indicar um percentual sobre a				<u> </u>
parcela inadimplida)?	ADM	X		
o. A vigência do contrato e, caso necessário, a indicação da				
possibilidade de eventuais prorrogações de acordo com o art. 57 da	ADM	X		
Lei 8666/93?				
p. Os prazos para manifestação das partes no caso de haver interesse				
de prorrogação do contrato?	ADM	X		
q. Os casos de rescisão contratual e os direitos da Administração				
havendo a rescisão?	ADM	X		
r. A obrigação do contratado em manter, durante toda a execução do				
objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na	ADM	x		
licitação/Dispensa/Inexigibilidade?				
s. A legislação aplicável à sua execução e aos casos omissos?	ADM	Х		
t. Que o objeto poderá sofrer acréscimos e decréscimos de acordo	2 722			
com os limites estabelecidos pelo art. 65, § 1° da Lei 8.666/93?	ADM	Х		
u. Critério de reajuste do contrato com prazo superior a 1 ano, nos				V
termos da Lei nº 10.192/01 (Art. 40, XI da Lei 8666/93)?				X
v. Como foro competente para dirimir qualquer questão contratual, o da entidade promotora da licitação?	ADM	x		
40. Os autos foram instruídos com parecer(es) jurídico(s) (art. 38, VI da Lei 8666/93 e art. 21, Decreto nº 3.555/2000)?	PGM	x		
41. O edital e seus anexos (devidamente corrigidos com as alterações recomendadas pela Procuradoria Jurídica e assinados pelo Pregoeiro) foram apensados ao processo (art. 38, I da Lei 8666/93)?				х
42. Os originais dos documentos de habilitação e das propostas comerciais				
estão inseridos no processo (art. 38, IV da Lei 8666/93 e art. 21, Decreto				x
n° 3.555/2000)?				
43. Foi feita a comprovação da regularidade fiscal do licitante vencedor				
(consulta SICAF, CADIN etc.) como determina o art. 27 da Lei 8666/93 c/c				x
art. 4°, XIII da Lei 10.520/2002?				<u></u>







CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ı	oi redigida ata da sessão pública de pregão registrando (art. 21, XI, Decreto nº 3.555/2000):			
а.	Os interessados que participaram do certame e os respectivos representantes?			x
b.	A comprovação de que os representantes dos interessados possuíam poderes para formular propostas e para praticar os demais atos inerentes ao pregão (art. 4°, VI da Lei 10.520/2002)?			x
C.	A declaração dos licitantes afirmando que cumprem plenamente os requisitos de habilitação?			х
d.	A entrega dos envelopes com as propostas escritas?			Х
e.	O valor das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação?			х
f.	Os licitantes que apresentaram o menor preço para cada item?			х
g.	Os licitantes classificados para a fase de lances?			Х
h.	Os lances verbais recebidos?	- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		х
i.	A indicação do licitante vencedor?			х
j.	A avaliação dos documentos de habilitação e confirmação das condições habilitatórias?			х
k.	A eventual declaração da intenção de interposição de recurso com a indicação da síntese de suas razões?			х
þ	o proposta final com os valores readequados ao valor total ofertado pelo lance vencedor (incluindo a correspondente planilha de custos) está inexada ao processo?			х

			, '	
Certidão de Regularidade e autenticidades:				
Receita Federal e Dívida Ativa da União	-	X		
FGTS – Fundo de Garantia	-	Х		
Fazenda Estadual	•	X		
Fazenda Municipal	•	X		
Certidão de Débitos Trabalhistas	-	Х		
Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF)	-	X		
Documento de Identidade (R.G.)	-	X		
Certidão Estadual Falência e Concordata	•			X





Da Análise:

Trata-se do Processo Administrativo Nº 294/2021, com o número de folhas _____ as quais passam a integrar os papeis de trabalho da Controladoria Geral, referente à análise da DISPENSA nº 189/2021, cujo objeto é: Aquisição de diversos itens para a composição de caixas para pequenas cirurgias, para atender às necessidades da UHMTL (Unidade Hospitalar Maria Teodora Leal), que passará a realizar cirurgias de pequeno porte no Município.

Participou do Processo a Empresa:

BOA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, que atendeu todas as regras exigidas para a modalidade DISPENSA. Tendo sido a mesma contratada por atender o art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93, por ofertar preço condizente com o praticado no mercado.

Uma vez esclarecidos os apontamentos acima (se houver); o parecer do Controle Interno é favorável à homologação **do Processo**Administrativo nº 294/2021.

Data da Saída: 08/11/2021.

ENOCK DIAS SANTOS





DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA FEIRA - BA

QUINTA- FEIRA - 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - ANO V - EDIÇÃO Nº 196

Edição eletrônica disponível no site www.pmconceicaodafeira.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA FEIRA PUBLICA:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 189/ EXTRATO DE CONTRATO Nº 306/2021

REDE GERAL SERVICOS LTDA:08241186000182 Assinado de forma digital por REDE GERAL SERVICOS LTDA:08241186000182

IMPRENSA OFICIAL UMA GESTÃO LEGAL E TRANSPARENTE

- Gestor(a): João Pedro Labriola Cardozo
- Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 26, Centro
- Tel: 75 3244-3800



Edição eletrônica disponível no site www.pmconceicaodafeira.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

SECRETARIA DE GOVERNO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 189 / 2021

UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: BELA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

JBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ITENS PARA A COMPOSIÇÃO DE CAIXAS PARA PEQUENAS CIRURGIAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UHMTL(UNIDADE HOSPITALAR MARIA TEODORA LEAL), QUE PASSARÁ A REALIZAR CIRURGIAS DE PEQUENO PORTE, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL.

CNPJ. Nº: 20.618.646/0001-44

ENDEREÇO: POVOADO BOA VISTA, Nº 200, SOBRADINHO, ZONA RURAL, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS-BA.

VALOR R\$: R\$ 11.838,00 (Onze mil oitocentos e trinta e oito reais), a ser pago após o fornecimento devidamente atestado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/OU EXECUTANTE, SE JUSTIFICA PELO FATO DO MESMO SER ATUANTE NO RAMO E OFERTAR O MENOR PREÇO CONDIZENTE COM O PRATICADO NO MERCADO.

Jnidade Orçamentária: 52000- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade : 2.097 – Manutenção da Atenção Especializada

Elemento da Despesa :33.90.30-Material de Consumo

Presidente COPEL

DIANTE DO EXPOSTO, SOLICITAMOS A V. Sa. A DEVIDA AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER A REFERIDA DESPESA.

Conceição da Feira, 09 / 11 / 2021.

Conceição da Feira, 09 / 11 / 2021.

NAISA CERQUEIRA PINHEIRO

JOÃO PEDRO LABRIOLA CARDOZO

Prefeito





CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 306 / 2021.

Pelo presente Termo de Contrato de fornecimento, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCEIÇÃO DA FEIRA, Estado da Bahia, Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 12.022.576/0001-39, instalado à Praça Marechal Deodoro da Fonseca, nº 26 – Centro, Conceição da Feira – Estado da Bahia, neste ato, representada por sua Secretária a Sra, LUCIANE MIRANDA LABRIOLA CARDOZO, doravante denominada CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa BOA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 20.618.646/0001-44, estabelecida no POVOADO BOA VISTA, Nº 200, SOBRADINHO, ZONA RURAL, SÃO GONÇALO DOS CAMPOS -Ba., CEP 42701-340, neste ato representada pela Sra Rose Rodrigues Nunes Moreira, portadora do CPF nº 828.732.675-34 e RG nº 1118298799 denominando-se, a partir de agora, simplesmente CONTRATADA, na melhor forma do direito, mediante as cláusulas e condições seguinte, acordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato tem como fundamento legal o processo de Dispensa de Licitação, tombado na Prefeitura Municipal de Conceição da Feira sob nº 189/ 2021, oriunda do Processo Administrativo nº 294/2021, pelo qual foi escolhida a proposta apresentada pela CONTRATADA, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ITENS PARA A COMPOSIÇÃO DE CAIXAS PARA PEQUENAS CIRURGIAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UHMTL(UNIDADE HOSPITALAR MARIA TEODORA LEAL), QUE PASSARÁ A REALIZAR CIRURGIAS DE PEQUENO PORTE, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL, nos termos da Dispensa de Licitação nº 189/2021, oriunda do Processo Administrativo nº 294/2021, e obedecerá ao cronograma tipificado pela Secretaria abaixo citada.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:</u>

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária da Prefeitura Municipal de Conceição da Feira, à conta das seguintes programações:

Unidade Orçamentária: 52000- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade : 2.097 – Manutenção da Atenção Especializada

Elemento da Despesa :33.90.30-Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

O presente contrato tem o seu valor estipulado em R\$ 11.838,00 (Onze mil oitocentos e trinta e oito reais), mediante o fornecimento devidamente atestado pela Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

A contratação terá validade até 31 de dezembro do corrente ano, a contar da data de assinatura do presente instrumento.





CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações decorrentes do presente Contrato:

I – DA CONTRATADA:

- a) Entregar o(s) produto(s) descrito(s) na Cláusula Segunda, de acordo com a proposta apresentada;
 - b) Responder, pelos vícios e defeitos ocultos dos produtos/ serviços;
 - c) Receber o preço estipulado na Cláusula Quarta.

II – DO CONTRATANE:

- a) Pagar as despesas inerentes ao Contrato no valor, condições e situações estipuladas na Cláusula Quarta;
- b) Receber o(s) bem(s) ou serviço descrito(s) na Cláusula Segunda.
- § 1º É obrigação comum o cumprimento dos prazos avançados neste instrumento.
- § 2° Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de devolver ou contestar, sem qualquer ônus, os serviços que não correspondam às características descritas na proposta apresentada pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES:

- O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas neste contrato sujeitará o CONTRATADO às sanções prevista na Lei nº 8.666/93 e suas derivadas, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- § 1º A inexecução, parcial ou total do contrato, ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de idoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conceição da Feira e multa, de acordo com a gravidade da infração;
- § 2° A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração nos seguintes limites máximos;
- I-0.3% (três décimos por cento), ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- II -0.7% (sete décimos por cento), sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- § 3° A administração se reserva ao direito de descontar do pagamento devido ao CONTRATADO o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições ora estipuladas.
- § 4° As multas previstas nesta cláusula não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o(a) **CONTRATADO(A)**, da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO:

A rescisão deste termo estará sujeita às regras estabelecidas nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, dando-lhe causa, em especial:

I – a inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsistam condições para a continuidade do mesmo;





Parágrafo Único: - As partes poderão, também, alterar esse instrumento de Contrato, através de Termo de Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na Legislação Contratual específica sobre o assunto, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento além da alteração de 25% pelas mesmas condições a critério da contratante de acordo a lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO FORO:

Fica eleito o foro do Município de Conceição da Feira, em detrimento de qualquer outro por mais privilégio que seja, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato.

Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem às partes o presente Termo de Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Conceição da Feira - Bahia, 09 de novembro de 2021.

LUCIANE MIRANDA LABRIOLA-CARDOZO

Secretária de Saúde

CONTRATANTE

BOA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Rose Rodrigues Nunes Moreira
CONTRATADA

<u>restemunhas:</u>

RG: 5.526.31055P/BA

00 3 0 3 0 6

RG: 08323759-34





RESUMO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie

: FORNECIMENTO

Resumo do Objeto : AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ITENS PARA A COMPOSIÇÃO DE CAIXAS PARA PEQUENAS CIRURGIAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UHMTL(UNIDADE HOSPITALAR MARIA TEODORA LEAL), QUE PASSARÁ A REALIZAR CIRURGIAS DE PEQUENO PORTE, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPAL.

Modalidade

: Dispensa de Licitação, conforme estabelecido no

Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

Unidade Orçamentária: 52000- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade

: 2.097 – Manutenção da Atenção Especializada

Elemento da Despesa :33.90.30-Material de Consumo

BOA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Empresa Contratada

Processo Administrativo: 294/2021

Nº do Contrato

: 306/2021

Valor Total do Contrato :R\$ 11.838,00 mediante fornecimento devidamente atestado pela

Secretaria Municipal de Saúde.

Vigência do Contrato

: De 09/11/2021 a 31/12/2021

Assina pela Contratante : LUCIANE MIRANDA LABRIOLA CARDOZO

Assina pela Contratada

: Rose Rodrigues Nunes Moreira

Conceição da Feira, 09 de novembro de 2021.



DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Juvanilson Santos da Silva, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Conceição da Feira, Estado da Bahia, DECLARO, para os devidos fins de direito, que o Extrato de Dispensa 189/2021 o resumo do contrato de fornecimento n°. 306/2021, com a empresa BOA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, foram publicados conforme o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n° 8.666/93.

E, para tanto, firmo o presente para que produza seus legais efeitos.

Conceição da Feira-Bahia, 11 de novembro de 2021.

Secretário de Administração e Ordem Pública





DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA FEIRA - BA

QUINTA- FEIRA - 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - ANO V - EDIÇÃO Nº 196

Edição eletrônica disponível no site <u>www.pmconcelcaodafeira.transparenciaoficialba.com.br</u> e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA FEIRA PUBLICA:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 189/ EXTRATO DE CONTRATO Nº 306/2021

REDE GERAL SERVICOS LTDA:08241186000182 Assinado de forma digital por REDE GERAL SERVICOS LTDA:08241186000182 Dados: 2021.11.11 10:28:27 -03'00'

IMPRENSA OFICIAL UMA GESTÃO LEGAL E TRANSPARENTE

- Gestor(a): João Pedro Labriola Cardozo
- Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 26, Centro
- Tel: 75 3244-3800

11 DE NOVEMBRO DE 2021 ANO V - EDIÇÃO Nº 196

Edição eletrônica disponível no site www.pmconceicaodafeira.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

RESUMO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie

: FORNECIMENTO

Resumo do Objeto : AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ITENS PARA A COMPOSIÇÃO DE CAIXAS PARA PEQUENAS CIRURGIAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UHMTL(UNIDADE HOSPITALAR MARIA TEODORA LEAL). QUE PASSARÁ A REALIZAR CIRURGIAS DE PEQUENO PORTE, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DÉ SAÚDE MUNICIPAL.

Modalidade

: Dispensa de Licitação, conforme estabelecido no

Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93.

Unidade Orçamentária: 52000- Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade

: 2.097 – Manutenção da Atenção Especializada

Elemento da Despesa

:33.90.30-Material de Consumo

Empresa Contratada

: BELA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Processo Administrativo: 294/2021

Nº do Contrato

: 306/2021

Valor Total do Contrato

:R\$ 11.838,00 mediante fornecimento devidamente atestado pela

Secretaria Municipal de Saúde.

Vigência do Contrato

: De 09/11/2021 a 31/12/2021

Assina pela Contratante

: LUCIANE MIRANDA LABRIOLA CARDOZO

Assina pela Contratada

: Rose Rodrigues Nunes Moreira

Conceição da Feira, 09 de novembro de 2021.





DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA FEIRA - BA

QUARTA- FEIRA - 17 DE NOVEMBRO DE 2021 - ANO V - EDIÇÃO Nº 198

Edição eletrônica disponível no site www.pmconceicaodafeira.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA FEIRA PUBLICA:

ERRATA/ EXTRATO DE DISPENSA Nº 189/ RESUMO DE CONTRATO Nº 306/2021

REDE GERAL SERVICOS LTDA:08241186000182

Assinado de forma digital por REDE GERAL SERVICOS LTDA:08241186000182 Dados: 2021.11.17 14:39:59 -03'00'

IMPRENSA OFICIAL UMA GESTÃO LEGAL E TRANSPARENTE

- Gestor(a): João Pedro Labriola Cardozo
- Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 26, Centro
- Tel: 75 3244-3800



Edição eletrônica disponível no site www.pmconceicaodafeira.transparenciaoficialba.com.br e garantido sua autenticidade por certificado digital ICP-BRASIL

ERRATA

Na publicação realiza em 11 de novembro de 2021, referente ao EXTRATO DE DISPENSA 189/2021 e o RESUMO DO CONTRATO 306/2021,

Onde se lê: "BELA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA"

Leia-se: "BOA VISTA COMÉRCIO E SERVIÇOPS LTDA"